

Andifes Financiamento 13/4/16

Sugestões de temas

Roberto Leher

Desafios

- Não há atualização do peso relativo de cada um dos 16 itens que compõem a **Unidade Básica de Custeio** que estão subsumidos na matriz Andifes (energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, correios, vigilância, limpeza, diárias, passagens, combustíveis e manutenção de frota de veículos etc.).
- O peso da graduação é enorme: 86,3%. Ou seja, **77,7%** (90% de 86,3%) **dos recursos totais são rateados de acordo com os "alunos equivalentes" de graduação presencial**. Isso inibe a expansão da pós-graduação.
- A parcela de qualidade (10%) está subdimensionada e possivelmente eclipsa o peso da pesquisa. É preciso considerar a diversidade de situações.

Infraestrutura: ENERGIA

- Elaboração de diagnóstico compreendendo: carga de energia (e contrato em alta tensão), distribuição (estações e subestações de energia, bem como nas instalações prediais).
- Rubrica para investimentos em lâmpadas de baixo consumo, sistemas de controle, ar condicionado).
- ALTERNATIVAS: Fundo MCTI-FINEP, BNDES, MEC.
- Revisão da forma de aquisição, garantindo condições semelhantes ao setor de mineração/metalurgia. ANEEL/ MME/Casa Civil.

Infraestrutura: obras (1)

- Edificações existentes. Indícios da exaustão: problemas estruturais, ambientação, energia, rede de esgoto e água.
- Obras que estão paradas e que resultam de compromissos anteriores com o MEC (REUNI ou Interiorização), discriminando o estágio da construção e metas/ cronograma/ orçamento.
- Obras que estão prestes a inaugurar, indicando cronograma e estimativa de recursos.
- Obras que têm projetos executivos prontos e que necessitam de Ordem de Serviço para iniciar (REUNI, INTERIORIZAÇÃO, FINEP).
- Universidades SEM REUNI: planejamento das edificações necessárias.

Obras (2)

- Plano de conclusão de obras elaborado pela Andifes e MEC (2016 e 2017).
- Obras que devem ser iniciadas de 2016 em diante e que estão associadas a NOVO CICLO DE EXPANSÃO respondendo às necessidades DE EXPANSÃO DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO de cada IFES.
- Chamada Pública MEC para 2017.

Obras: IPHAN

- Elencar e inserir em um programa nacional os prédios tombados pelo IPHAN, indicando metas/custos, em ordem de grandeza, de recuperação/ restauração (5 anos).
- Inserir no custeio MEC a variável tempo, prédios exauridos e tombados.
- Constituir fundo específico – MinC, BNDES, MEC, Min. Cidades.

Assistência Estudantil, considerando ENEM/SISU/ COTAS/ Cursos Noturnos/interiorização

- Particularizar estudantes provenientes de outros municípios/ estados, indicadores socioeconômicos.
- Levantar situação das moradias estudantis, demandas de moradia; restaurantes universitários; transporte estudantil; salas de estudo; bibliotecas.
- Atendimento a saúde (lato sensu) dos estudantes: o que a universidade assegura e as demandas identificadas.
- Incorporação dos estudantes de pós-graduação na demanda de assistência estudantil.
- Redimensionamento PNAES, associando recursos adicionais da regulamentação Pré-Sal.
- Moradia: Ministério das Cidades, Minha Casa, Minha Vida para moradia estudantil. Patrimônio da União: cessão de prédios públicos.
- Rediscutir bolsas, em prol da infraest. Corrigir perdas inflacionárias.

Infraestrutura de pesquisa

- Elaborar novo marco para os contratos das universidades federais com Agencias (ANP, ANA....), empresas (Petrobras...), grandes projetos BNDES e FINEP, objetivando inserir o custo da manutenção dos projetos apoiados (energia, segurança, limpeza, esgoto e agua, telefonia etc.). Ver estudos ANP, Unicamp .
- Plano de recuperação de equipamentos comprados com recursos FINEP, CNPq...
- Plano emergencial da FINEP para compras com fortes variações cambiais.
- Pro-Infra de 5 anos para infraestrutura geral das universidades.

Medidas emergenciais

- Elaborar plano de transição para reduzir o peso dos contratos terceirizados na rubrica de custeio. Itens como segurança, limpeza, manutenção de áreas externas, portaria, pessoal de biotérios, laboratórios e afins devem ser inseridos em novo item de despesa, separado do custeio.
- Preços administrados como energia, água, gás, telefonia devem ser objeto de item de despesa discriminado (nas despesas de custeio) para serem corrigidos pela variação de preços, considerando como ano base 2007.
- Recursos de investimento e restauração: os prédios tombados pelo IPHAN devem ser objeto de Chamada Pública específica.
- Hospitais: repactuação com SUS, mediado pelo MS, MEC, MCTI. Revisão dos indicadores do REHUF.

Pessoal

- Concurso RJU para seguranças, biotérios, pessoal para laboratório, inclusive técnicos que operam setores de alta tecnologia, como microscopia eletrônica, ressonâncias etc. Plano de reposição 2016-2017.
- Planejamento dos novos concursos objetivando não apenas a reposição docente (COTAV), mas as futuras aposentadorias, evitando descontinuidade geracional de áreas de pesquisa estratégica para o país.
- Emergencialmente, contratos por tempo determinado de técnicos de áreas estratégicas, Zika etc., objetivando reforçar o atendimento ao SUS, entre outras prioridades.
- Rediscussão profunda do modelo de terceirizações que têm se revelado negativo para as IFES.